

BNCC E OS CURRÍCULOS NO BRASIL SUAS CARACTERÍSTICAS E POTENCIALIDADES

Fabiana Silva Oliveira¹

Daniele de Souza Velozo²

Dilza Maria Cruz Melo³

Julia Pereira Nascimento Baía⁴

Silvana Maria Aparecida Viana Santos⁵

Resumo: Ao longo da história da educação, o cidadão conquistou muitos direitos, os quais estão refletidos e consagrados na Constituição brasileira, mas o caminho para alcançar a educação de qualidade que a sociedade almeja ainda é árduo e longo. Estratégias governamentais e profissionais foram desenvolvidas para abordar muitas das questões que surgem na educação. Assim, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O trabalho tem como objetivo geral apresentar as características e potencialidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos currículos escolares no Brasil. A metodologia que norteia o trabalho de pesquisa é a revisão bibliográfica, na qual foi construído uma análise crítica sobre as publicações da área do conhecimento. Por fim, fica evidente a importância da BNCC para a educação brasileira, se observa a preocupação dos profissionais da área da educação sobre a continuação do antigo mecanismo que protege os interesses do capital e é compatível com os interesses das grandes empresas comerciais.

Palavras-chave: Educação. BNCC. Competências. Currículo

Abstract: Throughout the history of education, citizens have conquered many rights, which are reflected and enshrined in the Brazilian Constitution, but the path to achieving the quality education that society desires is still arduous and long. Governmental and professional strategies have been developed to address many of the issues that arise in education. Thus, the National Common Curricular Base (BNCC) appears. The general objective of this work is to present the characteristics and potential of the National Common Curricular Base (BNCC) and school curricula in Brazil. The methodology that guides the research work is the bibliographic review, in which a critical analysis of publications in the area of knowledge was built.

- 1 Licenciatura Plena em Ciências Agrárias-UFAM Licenciatura Plena em Língua e Literatura Inglesa-UFAM, Especialização em Gestão e Tutoria na EAD-UNIASSELVI, Especialização em Pobreza e Desigualdades Sociais- UFAM, Especialização em Educação Profissional e Tecnológica-EPT- IFAM, Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação-Must University. Email: fabiana_casaoregon@yahoo.com.br
- 2 Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá. Especialização em Gestão em Administração, Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. Email dani.velox@hotmail.com
- 3 Licenciatura Plena em Ciências Agrárias – UFAM. Licenciatura Plena em Letras Língua e Literatura Inglesa -UFAM. Especialização em: Língua Inglesa na EAD-FAVENI, e, Especialização em Pobreza e Desigualdade Social – UFAM. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University. Email: dilzam685@gmail.com.br
- 4 Licenciatura em Pedagogia. Licenciatura em Letras Português/Literatura. Tecnóloga em Marketing Digital. Especialização em Gestão Escolar. Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: julianascimento90.jn@gmail.com
- 5 Bacharel em Administração. Licenciatura em Matemática. Licenciatura em Pedagogia. Graduando em Engenharia de Produção. Graduando em Letras pelo IFES. Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Especialização em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão. Especialização em Metodologia do Ensino da Matemática e Física. Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: silvanaviana2019@gmail.com



Finally, the importance of the BNCC for Brazilian education is evident, one observes the concern of education professionals about the continuation of the old mechanism that protects the interests of capital and is compatible with the interests of large commercial companies.

Keywords: Education. BNCC. Skills. Curriculum

Introdução

Ao longo da história da educação, o cidadão conquistou muitos direitos, os quais estão refletidos e consagrados na Constituição brasileira, mas o caminho para alcançar a educação de qualidade que a sociedade almeja ainda é árduo e longo. Estratégias governamentais e profissionais foram desenvolvidas para abordar muitas das questões que surgem na educação, como o desenvolvimento de leis, documentos, instituições, associações e entre outros. Assim, a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode ser considerada uma delas.

No entanto, o projeto da BNCC é baseado em uma proposta de educação e formação voltada para a melhoria da empregabilidade. Trata-se de um modelo curricular centrado na competência, tendo como ponto de partida uma educação orientada, normativa e comprometida, tendo como ideal a eficiência, que desvia as propostas da BNCC daquelas voltadas para a formação verdadeiramente libertadora.

Segundo pesquisadores como Leher (1999) e Deitos (2003) as propostas para a educação básica são pensadas de forma que a formação seja cada vez mais de responsabilidade individual, fortemente influenciada pela teoria do capital humano, e a formação profissional com o objetivo principal de atender o mercado. Nesse sentido, uma leitura crítica da BNCC é imprescindível para tentar reformular e aprimorar sempre que possível a promoção de uma educação crítica que beneficie a democracia.

A metodologia que norteia o trabalho de pesquisa é a revisão bibliográfica, na qual foi construído uma análise crítica sobre as publicações da área do conhecimento. Gil (2008) informa que a pesquisa bibliográfica é construída a partir de material idealizado, residindo no fato do investigador realizar uma cobertura sobre uma diversidade de fenômenos. O trabalho tem como objetivo geral apresentar as características e potencialidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos currículos escolares no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2018

A BNCC como documento oficial, faz parte de um conjunto de leis reguladoras que definem as Normas Curriculares Brasileiras; suas normas asseguram o direito ao aprendizado na educação básica, pautado por princípios morais, políticos e estéticos, voltado para a formação integral dos alunos. A Base Nacional Comum Curricular também atende aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), do Plano Nacional de Educação (PNE) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017). Passou por diversas reformulações nos últimos anos, sendo que em dezembro de 2018 foi aprovada a versão atual.

A Constituição de 1988 também prevê que ela expressa o compromisso do governo

brasileiro com a promoção de uma educação integral e que respeite as diferenças. Dividida em dez competências gerais, a BNCC orienta as instituições escolares e orienta a elaboração de currículos e propostas instrucionais visando à equidade e manutenção da autonomia das redes escolares.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2017, p. 13).

Vale a pena notar que todas as dez competências gerais são iniciadas por verbos no

infinitivo, que transmitem a ideia de uma ação ou estado. Dessa forma, as dez competências indicam o que os alunos devem aprender e, ao mesmo tempo, esclarecem a finalidade de cada competência no desenvolvimento da educação básica global dos alunos.

Sobre o conceito de competência na perspectiva de Carvalho (2005), o autor aponta que o discurso da pedagogia da competência, ao proclamar a liberdade e a cidadania como pressupostos, concretiza políticas e práticas educativas que reforçam a desigualdade e a alienação social. Suas contribuições falham em capturar e criticar o processo de mercantilização da educação e a substituição da noção de oportunidade igual por condições iguais, ou seja, a imposição de justiça. Serve para reafirmar a dualidade estrutural que permeia toda a história da educação brasileira e, como resultado da divisão técnica do trabalho no capitalismo, produz um sistema escolar que intensifica e gera formas de pensar e agir.

Portanto, os conceitos de competências e habilidades desenvolvem-se de forma contraditória na educação, pois enquanto a BNCC apresenta competências e discursos voltados para a humanização da educação, a implicação de carregar os conceitos de habilidades e competências é promover a alienação e processos educativos instrumentalizados.

BNCC e o currículo nas escolas

Do ponto de vista crítico, o currículo escolar é constituído por elementos conceituais e interesses explícitos e implícitos que muitas vezes se conflitam (Alves & Oliveira, 2020), tendo como foco a finalidade e a identidade que a educação básica deve ter. A reforma de 2017 não atribuiu a responsabilidade do currículo original ao alto índice de evasão, deixando de lado elementos indissociáveis do ambiente escolar e da composição do currículo de ensino.

A centralização do currículo se manifesta na seleção centralizada de conteúdo com base apenas na autoridade de especialistas no assunto. Isso retira do professor o protagonismo do pensar e refletir sobre o conhecimento, que deve seguir um único caminho traçado por especialistas externos à escola, deixando o professor apenas como executor. Esse tipo de política na verdade não contribui em nada para democratizar e melhorar a qualidade da educação no Brasil. Em vez disso, leva a estereótipos e homogeneização ao centralizar o processo de gestão, ignorando as realidades locais, suas particularidades, possibilidades e necessidades.

Para tanto, se parte da necessidade de construir uma base nacional comum, sendo necessário afirmar desde já que a BNCC é um currículo. Essa afirmação vai de contramão ao entendimento do Ministério da Educação, que define a BNCC como um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens básicas que todos os alunos devem desenvolver em todas as etapas da educação básica (Brasil, 2018).

Todavia, dizer que a base não é um currículo é uma deturpação da autonomia das escolas e dos professores porque, por um lado, dá à secretaria e às instituições de ensino a liberdade de formular o currículo e, por outro lado, eles constroem sobre os conhecimentos, competências e habilidades que os alunos desenvolvem durante a educação básica, de modo que o desenho do currículo escolar tem um objetivo principal: satisfazer os meios normativos, regulando assim o trabalho da escola, identificando os conteúdos mais e menos eficazes no ensino de conteúdos comuns.

Segundo Cury (2018), a BNCC propõe uma noção de currículo disfarçado de direito de aprender que, do ponto de vista tecnicista e meritocrático, constitui uma obrigação de aprender. Para Silva (2020) a implementação equivocada e/ou ideológica da BNCC pode acarretar alguns riscos, com a privação da autonomia docente, o fortalecimento da supervisão e controle das instituições deliberativas e avaliativas da educação básica, assim como subsunção da diversificada vida cultural regional do nosso país.

Desses, o texto jactancioso estampado na BNCC que beira o patriotismo coercitivo é o que mais assusta os especialistas. A ideia de um currículo nacional que garanta o direito de aprender e promova o exercício da cidadania no espaço das escolas públicas é pertinente porque surgiu em muitas legislações nacionais desde o Decreto nº 19.850 de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) , tendo função de formular e definir o conteúdo do ensino fundamental e médio nacional até o atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que em sua estratégia 7.1 define a importância de estabelecer e implementar diretrizes pedagógicas para a educação básica e fundamentos nacionais comuns (Brasil, 2014).

Por fim, ao definir o que os alunos devem aprender ao longo da sua vida escolar sem assumir a natureza do currículo subjacente, o Ministério da Educação abre precedente para outro debate muito importante, o debate envolvendo a definição do currículo. Compreender o básico como currículo oficial é, portanto, um passo fundamental para que possamos vislumbrar uma BNCC democrática.

Considerações finais

Diante dos argumentos apresentados, fica evidente a importância da BNCC para a educação brasileira, uma vez que esse documento define os conteúdos essenciais que precisam ser trabalhados com os alunos em cada etapa do ensino, com o objetivo de desenvolvê-los cognitivamente, social e culturalmente, isto é, a formação do ser humano como um todo.

Fica destacado a preocupação dos profissionais da área da educação sobre a continuação do antigo mecanismo que protege os interesses do capital e é compatível com os interesses das grandes empresas comerciais e organizações internacionais. Por fim, diante de todos os problemas da educação brasileira, há muita esperança em seu sucesso, mas todos sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer, seja em termos de estrutura, formação de professores e entre outros.

Referências

Alves, M. F., & de Oliveira, V. A. (2020). Política educacional, projeto de vida e currículo do ensino médio: teias e tramas formativas. *Humanidades & Inovação*, 7(8), 20-35.

Brasil (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 jul de 2023.

Brasil. (2017). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional**

Comum Curricular. Brasília, DF [2017]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

Carvalho, C. (2005). Os PCNs para o ensino médio: possibilidades e limites. **IN: 28ª Reunião anual da ANPED, Caxambu. Anais... Caxambu:** ANPED.

Cury, C. R. J., Reis, M., & Zanardi, T. A. C. (2018). Base nacional curricular comum: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez.

Deitos, R. A. (2003). A política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002): o PROEM e as recomendações do BID e Banco Mundial. Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 101-118.

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas.

Leher, R. (1999). Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, 1(3), 19-30.

Silva, F. (2020). O nacional e o comum no ensino médio: autonomia docente na organização do trabalho pedagógico. Em Aberto, 33(107).